



FLS. OGE 7

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]
SECRETARIA: Secretaria Estadual da Educação
ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 038/2016

1. Tratam os presentes autos de demanda formulada à Secretaria Estadual da Educação, número SIC em epígrafe, indagando sobre a convocação a nível estadual de candidatos de determinado concurso público cuja nomeação, a princípio, é regionalizada.
2. Em resposta, a Secretaria Estadual da Educação informou como seria a chamada dos candidatos durante a validade do concurso. Irresignado, apresentou recurso hierárquico, indeferido pela Pasta que ratificou a resposta anterior. Ainda insatisfeito, interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, em razão da falta de identificação da autoridade responsável pelo julgamento do recurso, em respeito ao que determina o artigo 19, parágrafo único, do Decreto nº 58.052/2012, a Secretaria da Educação apresentou o nome do superior hierárquico responsável pela resposta ao recurso de 1ª instância.
4. A manifestação do órgão recorrido não merece reparos. Com efeito, a resposta ofertada explicitou o procedimento de nomeação dos candidatos no concurso questionado. Ademais, a análise detida das razões recursais permite inferir que não se trata de recurso de pedido de acesso à informação, com pedido de reforma da decisão anterior, e sim uma crítica à forma como é realizada a nomeação do concurso por parte da Pasta.
5. Cabe ressaltar, no entanto, que a Lei de Acesso à Informação visa a assegurar o acesso público aos documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme as definições do artigo 4.º, incisos I e II da Lei Federal 12.527/2011, não comportando a formulação de consultas, denúncias ou reclamações. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Controladoria Geral da União, consignando que “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de



OGE 18
FLS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

6. Diante do exposto, à luz do adequado atendimento da demanda por parte da Secretaria, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 10 e 11 da Lei nº 12.527/2011, restando descaracterizadas as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, alterado pelo Decreto nº 61.175/2015.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de fevereiro de 2016.

MARIA INÊS FORNAZARO
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE
DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO